

O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ZONAS DE ESPERA

Eloyluz de Souza Moreira¹⁰¹

Resumo

A partir do conceito de *zonas de espera*, de Paulo Arantes, este artigo propõe algumas reflexões sobre a passagem do impossível ao possível, especialmente no que concerne a transformação da sociedade num sentido anticapitalista numa era neoliberal. Ressalta-se aqui o papel da imaginação nesse processo na medida em que ela também pode ter um lastro material.

Palavras-chave: zonas de espera. Paulo Arantes. neoliberalismo.

LO POSIBLE Y LO IMPOSIBLE: CONSIDERACIONES SOBRE LAS ZONAS DE ESPERA

Resumen

Desde el concepto de zonas de espera de Paulo Arantes, este artículo propone algunas reflexiones sobre la transición de lo imposible a lo posible, especialmente con respecto a la transformación de la sociedad en un sentido anticapitalista en una era neoliberal. Aquí, se enfatiza el papel de la imaginación en este proceso, ya que también ella puede tener un lastre material.

Palabras clave: zonas de espera. Paulo Arantes. Neoliberalismo.

¹⁰¹ Doutorando do PGFILOS/UFPR. Email: eloysmoreira@gmail.com

Acredito que essa seja a dinâmica fundamental. Transição. O ponto onde uma coisa se torna outra. É isso que faz de você, da cidade, do mundo o que são. É esse o tema no qual estou interessado. O ponto onde o diferente se torna parte do todo. A zona híbrida.

China Miéville, Estação Perdido

De que se trata

De repente, pelo menos para a imensa maioria de desavisados que não acompanha as publicações científicas sobre epidemiologia, o mundo se viu jogado numa imensa zona de espera. Não necessariamente a zona de espera ordenada pelo *#fiqueemcasa* – reservada a um grupo seletivo –, mas a zona de espera da incerteza sobre o que será da vida, uma espera obrigatória própria da impotência diante da onipotência avassaladora de um vírus.

Mas talvez seja justamente diante de uma situação como essa, quando algo que não estava dentro do possível acontece, que possamos considerar o que parecia impossível. É talvez nessas horas que a famosa e já batida (e muito interpretada filosoficamente) frase de Hölderlin – *onde cresce o perigo, cresce também a salvação* – ganha alguma concretude na experiência coletiva da realidade. É como se diante da pandemia – efetivação de algo que sequer aparecia para a maioria como possível –, a realidade sofresse alguma fissura, permitindo-nos enxergar algo para além do que está posto como normal.

Não é à toa que “voltar à normalidade” parece, cada vez mais, impossível diante não só de uma possível era das pandemias¹⁰², mas também diante do fracasso de políticas neoliberais no enfrentamento dessa situação, causando, exatamente por isso, debates como o da taxação das grandes fortunas, que chegou a ser aprovada durante a pandemia num país origem do neoliberalismo¹⁰³. Nesse sentido, valeriam para nós as palavras de Adorno sobre a sociedade ocidental dos anos 1940:

Se fosse possível uma psicanálise da cultura prototípica dos nossos dias, se a predominância absoluta da economia não escarnecesse de toda a tentativa de explicar a situação a partir da vida anímica das suas vítimas, e se os próprios psicanalistas não tivessem, há muito, jurado fidelidade a esta situação, tal investigação revelaria que a enfermidade atual consiste justamente na normalidade (Adorno, 2001, p. 55).

É talvez diante dessa experiência de fracasso que se abrem as possibilidades para o que, até então, era impossível ou, digamos, anormal.

¹⁰² Um dos alertas é feito a partir do relatório da associação ambientalista *World Wide Fund for Nature* (WWF). Disponível em: <https://www.wwf.pl/sites/default/files/inline-files/report_en_biodiversity_and_pandemic_22_03_0.pdf>. Último acesso: 10/07/2020.

¹⁰³ O debate ganha corpo por todo mundo, mas talvez impulsionado pelas recentes manifestações pré-pandemia, no Chile ele avançou rápido: disponível em: <<https://exame.com/economia/chile-avanca-em-taxacao-de-fortunas-contra-pandemia-faz-sentido/>>. Último acesso: 10/07/2020.

No entanto, importante que se diga, não há aqui ingenuidade. De fato, não se pode, seriamente, defender que a pandemia é capaz de, por si só, alterar as condições materiais de produção da vida, como se, num passe de mágica, ela alterasse a ordem das coisas do capitalismo – como se fosse possível ignorar que nem a força da natureza pode destruir uma ordem que se impõe como a própria natureza¹⁰⁴.

Mas se já sabemos muito bem, desde Marx, que a ideia não é suficiente para mudar a vida¹⁰⁵, isso não significa que elas sejam de todo irrelevantes nos processos de transformação. As ideias também podem ser as marcas daquilo que se apresentam materialmente como possível, de modo que a fantasia, como diz China Miéville, faz parte do processo de transformação da realidade¹⁰⁶.

para Marx, a atividade produtiva humana, com sua capacidade de agir sobre o mundo e transformá-lo – o mecanismo próprio pelo qual as pessoas fazem história, embora não sob as circunstâncias de sua escolha –, está *baseada em uma consciência do não real* (Miéville, 2014, p. 113).

Novamente, estas considerações não se prestam à defesa da ideia como única força motriz de transformação, tampouco a garantir a possibilidade de realização daquilo que é imaginado. Trata-se, sim, de encontrar um espaço de possibilidade – aqui no interior de zonas de espera – para aquilo que, diante do existente, parecia impossível ou, ainda, trata-se de “criar um espaço mental que redefine – ou simula redefinir – o impossível” (idem, p. 114).

Do nosso tempo

Das várias mudanças da experiência da realidade que uma pandemia pode causar, uma das mais impactantes recai, certamente, sobre a experiência do tempo. Mas ainda podemos nos perguntar: que tipo de experiência do tempo – e, consequentemente, da realidade, tanto subjetiva quanto objetiva – estava posta antes da chegada do vírus e, por isso, foi a base de acomodação da nova temporalidade imposta pela pandemia?

Em 2014, Paulo Arantes nos apresentava um conjunto de ensaios que nos ajudam a responder essa questão. Não só pelo seu título mais

104 Tanto como uma “segunda natureza”, como diria Adorno (cf. 2009, p. 296) a partir do Lukács da *Teoria do Romance*, quanto como a natureza mesma, para um darwinismo social (cf. Dardot e Laval, 2016, p. 49-54), para ficar apenas dois exemplos de espectros políticos opostos.

105 Para ficarmos com poucas, mas inequívocas palavras, tomemos como exemplo a famosa tese 11 contra Feuerbach: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007, p. 535).

106 Miéville lembra o famoso trecho de comparação entre o trabalho dos homens e das abelhas em que Marx ressalta a particularidade: “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (Marx, 2013, p. 256).

que sugestivo – *O novo tempo do mundo* –, mas porque, de fato, quando organizados em constelação, os ensaios formam a imagem daquilo que, mesmo sem que tenhamos nos dado conta, já se impunha sobre nós de maneira acachapante como experiência da realidade. Isso se deve, de acordo com a tese geral do livro, remodelada a cada ensaio, ao fato de quase já não haver mais possibilidade de pensar a realidade para além daquilo que ela já é. Isso é exposto sob a ideia de que nosso horizonte de expectativas já não se constitui como algo distante e diverso, mas como algo quase indissociável da experiência atual da realidade. A experiência do possível é o que já é e, por isso, não haveria mais possibilidades para além das já dadas. Assim,

não obstante se tratar de uma temporalidade direcional, este movimento ascensional não conduz a um futuro qualitativamente diferente, quer dizer, embora reais e exponencialmente aceleradas, as transformações orientadas para o futuro, na condição de armadura abstrata de todo o processo, na verdade reforçam a necessidade do presente; como se trata de uma compulsão estrutural, a de empurrar o presente pra frente, essa forma de dominação através da dinâmica temporal que vem a ser o capitalismo tende paradoxalmente a se tornar cada vez mais “presentista” (Arantes, 2014, p. 72).

Isso não implica dizer que não haja mais transformação possível, mas que o processo de maturação para se construir a compreensão e se fermentar tais transformações já não possui mais o mesmo *tempo*. Com uma impressionante mobilização de elementos, tendências e eventos, e uma capacidade inigualável de apreensão da totalidade da ordem global sob o prisma da periferia, Paulo Arantes nos induz à percepção de que ocorrerá uma transformação profunda no capitalismo global, cujas características giram em torno do que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Quanto a isso, podemos dizer que a maneira como Pierre Dardot e Christian Laval (2016) desenvolvem a ideia de que vivemos sob uma nova razão do mundo vai ao encontro dessa percepção. Ainda que mais acentuadamente sob uma perspectiva econômica – sendo mais limitada, nesse sentido, diante da gama de elementos sociais mobilizados por Arantes –, a tese dos autores é a de que a normatividade neoliberal atravessa a vida dos indivíduos, conformando-os à lógica capitalista não por uma imposição, mas pelo assentimento (e até desejo) deles próprios. Não há um embate entre o desejo de liberdade e as imposições do trabalho exploratório, pois a liberdade no capitalismo neoliberal – ou seja, sob a nova razão do mundo – é conformada sob a lógica da concorrência mercantil.

Trata-se da mesma captura, por parte do neoliberalismo, da ideia de liberdade descrita da seguinte forma por Paulo Arantes, comentando e parafraseando Dardot e Laval: “A novidade do neoliberalismo enquanto novidade do ‘governo’ das condutas (não confundir com

instituição estatal) é que ele não se define nem contra nem a despeito da liberdade, mas através da liberdade de cada um, no sentido de que todos se conformem por si mesmos a certas normas" (2014, p. 109).

O trabalho exploratório é imposto a si mesmo pelo sujeito e, cruelmente, isso representa para ele, como diz Byung-Chul Han (2015), a sua realização, de modo que não estar "submisso a ninguém" significa, na verdade, estar "submisso apenas a si mesmo" e, contudo, "a queda da instância dominadora não leva à liberdade", antes leva a uma espécie de "liberdade coercitiva". No fim das contas, a auto exploração é "mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade". Essa liberdade é paradoxal e a coerção se transforma em violência. Diante disso, "os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal." (Han, 2015, p. 16-17). Essa nova ordenação da experiência da realidade – tanto subjetiva quanto objetiva – produz também o que Arantes chamou de zonas de espera, no interior das quais essa subjetividade neoliberal também é construída e reforçada.

Zonas de espera: sempre o mesmo

Parece estranho que se diga que num mundo cada vez mais dinâmico e acelerado, a espera seja cada vez mais acentuada. Diante disso, não surpreende que a *espera* – que, esboçando desde já o conceito de Paulo Arantes, resume-se ao ato de impotência diante de uma situação em que tudo que se possa fazer é aguardar – seja sentida como uma punição. Da espera enquanto expressão punitiva explícita no encarceramento prisional, passando pela agonizante triagem de campos de refugiados e cruzamento de fronteiras, até as intermináveis filas de benefícios sociais, há uma constante: quanto mais mobilidade, quanto menos se espera, mais bem localizado se está na escala das classes sociais. Se "fazer esperar já é punir" (Arantes, 2014, p. 150), o controle sobre tempo passa a significar, cada vez mais, uma definição de superioridade e de poder, formando algo como uma *microfísica da espera* (idem), retomando a compreensão foucaultiana de como se constroem as relações de poder.

Em outras palavras, se as mais diversas instituições guardam uma semelhança profunda com o modo de disciplinamento do corpo próprio das prisões, essa disciplina punitiva dos corpos se impõe também através da espera, da conformação a um tempo morto. De maneira geral, quem espera é o empregado, não o patrão; é o que não tem nada e precisa de assistência, não o que tem acesso a tudo; é o que transgride a lei sem ter poder, não o que tem poder para transgredir a lei; quem espera é, enfim, o que sobrevive, não o que vive. Daí a ojeriza imediata da classe de cima à espera que, "alertados por um sexto sentido de classe", tomam como que expressão de rebaixamento na sua posição social, "como se uma voz ousasse lhes ordenar: ponha-se no seu lugar

e limite-se a esperar, coisa que obviamente cheira à casa de detenção” (Arantes, 2014, p. 152).

Quem manda não espera, já quem obedece está imobilizado na rotina automatizada de afazeres que guarda, quanto mais baixo na escala social, cada vez menos poder de mobilidade instantânea, fruto da vontade própria. Quanto menos poder de decisão se tem sobre a própria mobilidade, mais próximo se está da ideia de máxima punição da imobilidade, a do encarceramento. Nesse sentido, mobilidade social, ascensão de classe, significa também, simplesmente, mobilidade, isto é, menos espera, mais controle do tempo, afinal, resumindo, “o tempo morto da espera punitiva é uma questão de classe” (Arantes, 2014, p. 151).

Ponto importante para o desenvolvimento destas reflexões é como essa caracterização das zonas de espera retomam o mote do livro de Paulo Arantes sobre nossos horizontes de expectativa: as zonas de espera são – dentre outras características que exploraremos adiante – de um tempo morto porque excluem a possibilidade do *novo*, desvanecem o horizonte numa névoa kafkiana de opções que não levam a lugar nenhum. As zonas de espera são, assim, uma espécie de escolhas pré-determinadas que conformam a experiência subjetiva ao presente, de modo que a escolha é uma ilusão de liberdade. Não é possível vislumbrar o diverso quando o existente é absoluto, trata-se de uma espera sem horizonte, que se tornou pura disciplina de adequação ao agora. Quanto a isso, sempre vale a pena lembrar a frase de Adorno sobre a liberdade: “livre só seria quem não precisasse se curvar a nenhuma alternativa, e no existir há um vestígio da liberdade de se recusar a todas elas” (Adorno, 2009, p. 191).

Inversão que confirma a regra

Vale ressaltar que dispor de controle sobre o próprio tempo pode incluir também uma experiência de espera, uma imobilidade, como a possibilidade de quebrar a rotina ou de esperar muito pelo voo no aeroporto, mas essa espera, obviamente, não consiste numa punição, mas num privilégio. É marca distintiva de quem controla seu próprio tempo e, por isso, pode “perdê-lo” como bem entender. Claro que à classe dominante também é imposta um tipo de espera pela ordem capitalista do mundo, aquela das agendas lotadas e dos compromissos intermináveis, por exemplo. Mais ou menos como diziam Adorno e Horkheimer (2006), ao interpretar o episódio das sereias da Odisseia e apresentar Odisseu como uma espécie de protoburguês: todos estão no mesmo barco, mas a posição de Ulisses ainda é a de mando (Cf. p. 36-42). Enfim, é reservado ao andar de cima o privilégio de, em várias situações, romper ou evitar a espera deliberadamente, pois a mobilidade se paga com dinheiro: “uma experimentada no polo dominante como um estorvo cuja eliminação também se compra e outra na base comprimida da pirâmide, que não obstante a sustenta, como um *surplus* de sofrimento que faz toda a diferença” (Arantes, 2014, p. 162).

Esse privilégio da mobilidade parece ter sido virado de ponta cabeça pela pandemia do novo Coronavírus, pois a relação da espera com a vida e com a morte se inverte. Hoje, poder esperar é o privilégio. É verdade que a humilhante espera na fila de auxílios ou atendimento do serviço público é ainda uma espera destinada ao pobre¹⁰⁷. É verdade que não esperar na fila é ainda uma mercadoria destinada só para quem pode¹⁰⁸. De modo que, nesse sentido, a pandemia ressaltou o poder de morte da desigualdade¹⁰⁹. Mas não é mais completamente válido, diante do vírus, que “pessoas que esperam simplesmente não existem” (Arantes, 2014, p. 172), pois a possibilidade de dispor do próprio tempo de maneira mais independente – poder esperar quando a mobilidade é a morte – fez com que a agonizante espera do “fique em casa” fosse sentida não como um rebaixamento ao andar inferior, mas como uma espera privilegiada. A Covid-19 gerou uma zona de espera que significa a vida, e poder esperar é para quem pode pagar. A espera se tornou repentinamente, diante do vírus, a mercadoria mais importante, e como todas as mercadorias vitais, é negada à base da pirâmide.

Assim, no fim das contas, ainda com base no texto de Paulo Arantes, essa particular inversão da categorização das zonas de espera não subverte, antes confirma a ordem geral de cunho punitivista que está no fundamento da formação de tais zonas no capitalismo contemporâneo. Se a tecnologia disciplinadora da espera é derivada do sistema prisional, e a sua essência punitiva promove uma inclusão baseada no sofrimento, como veremos, então a espera disciplina na medida em que, através do sofrimento, faz o corpo sobre o qual recai se acostumar com o seu lugar.

A subjetivação neoliberal

A pedagogia da espera é a de, num primeiro momento, explicar a imobilidade e a falta de liberdade de quem está excluído, para depois, com requintes de crueldade, fazer uma absorção sádica ao sistema, através de uma “inclusão perversa” (Arantes, 2014, p. 172). Trata-se de acostumar as pessoas a, no limite, manterem-se à margem, ainda que sempre disponíveis, fora do alcance da ordenação jurídica

¹⁰⁷ Passados quase três meses de pandemia no Brasil, mais de 10 milhões de pessoas ainda não tinham acesso ao auxílio emergencial, cujo nome não é por acaso, já que sem ele não há outra opção senão se arriscar insistindo numa rotina falsamente normalizada de trabalho. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/09/mais-de-10-milhoes-de-pessoas-ainda-nao-conseguiram-receber-o-auxilio-emergencial.ghtml>>. Último acesso: 10/07/2020.

¹⁰⁸ No início de maio, em Belém, em meio à atividade doméstica passar como atividade essencial, pondo em risco desnecessário um grupo de trabalhadores já bastante precarizados, houve um aumento de procura por fretamento de UTI aérea, para levar pacientes para São Paulo ou Brasília, cujo valor chega a R\$ 120.000,00. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/coronavirus-ricos-de-belem-escapam-em-uti-aerea-de-colapso-nos-hospitais-da-cidade-1-24412850>>. Último acesso: 10/07/2020.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>>. Último acesso: 10/07/2020.

que estabelece o que é o pertencimento à cidadania. “A rigor, a zona de espera funciona à margem do direito” (Arantes, 2014, p. 172), tal qual uma famosa espera infinita e disciplinada diante da porta da lei¹¹⁰. A relação de dependência dessa espera – afinal ninguém espera sem necessidade – revela seu caráter “inclusivo”. Lembrando que quem depende não possui alternativa, isto é, não vislumbra um horizonte, antes está preso ao que está dado como condição da existência.

A espera não é, nesse sentido, exclusão, mas integração subordinada, participação de quem pede permissão e que se vê constantemente jogado para fora da porta da lei, diante da qual se mantém erraticamente tentando retornar. Trata-se, enfim, de algo como um “eterno chegar” de quem nunca está realmente em casa, que nunca se sente pertencente, e cuja marginalização é realmente decisiva para a sua inclusão inconclusa ao mundo social.

Daí não fica difícil entender como essa engrenagem produz um *ethos* social de “obrigação humilhante do trabalho sub-remunerado” que se estrutura como um *workfare*, isto é, a transfiguração do horizonte que a assistência social representa – digamos, a porta do direito diante da qual se espera – em trabalho degradado, transferindo as responsabilidades pela inclusão perversa para o indivíduo. Em última instância, só o corpo disciplinado pela espera da inclusão marginalizada pode aceitar a exploração de si mesmo com certa naturalidade, ou até mesmo tomá-la como liberdade, afinal, se é para estar à margem, que dependa só de si mesmo. Nada mais, nada menos, que a nova razão do mundo, diriam Dardot e Laval.

Diante disso, poderíamos dizer que, para se chegar a esse ponto – de ativamente tomar seu completo desamparo como liberdade –, é preciso uma certa disciplina produtora de subjetividades, o que ficou caracterizado, por Arantes, pelo menos com relação às zonas de espera, como *microfísica da espera*. Em *A nova razão do mundo*, no entanto, Dardot e Laval nos dão um panorama mais amplo do longo processo de produção dessa subjetividade neoliberal, que “não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo [...]” (2016, p. 8). Importante ressaltar como esse sistema mina continua e paulatinamente a ideia mais ampla de cidadania, atacando aquilo que se constituiu, também de maneira gradativa, a partir do século XVIII, como o direito à proteção social.

“Nada de direitos se não houver contrapartidas” é o refrão para obrigar os desempregados aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. [...] A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. [...] Longe de ser “neutra”, a

¹¹⁰ “[...] o porteiro diz que não pode permitir sua entrada naquele momento. O homem reflete e pergunta, em seguida, se ele poderá entrar mais tarde. ‘Até é possível’, diz o portoiro, ‘mas agora não’” (Kafka, 2007, p.246).

reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da *cidadania social*; reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não-cidadãos” (Dardot e Laval, 2016, p. 381).

É justamente essa produção de subcidadãos que está em jogo na organização das populações a partir de zonas de espera e, mais do que isso, a desagregação da sociedade, isto é, do próprio sentido de *comum*¹¹¹. Não é à toa que a competição, a concorrência, é o núcleo dessa lógica de subjetivação. Com quem se compartilha um comum, a relação não se dá a partir da lógica da concorrência, mas da solidariedade. No ideal do neoliberalismo, no entanto, como já é bem sabido, essa solidariedade é um valor menor, pois não há sociedade, apenas indivíduos e suas famílias.

A desintegração desse laço social se daria concomitantemente a um esvaziamento da concepção de democracia – já que esta seria a condição para a cidadania tanto social, quanto econômica e política –, o que eles denominam, tomando o conceito de empréstimo de Wendy Brown, de *desdemocratização*. Trata-se, em última instância, de tornar a democracia inoperante sem destruí-la completa e abertamente. Se o indivíduo se torna, cada vez mais, um empresário de si mesmo, também o próprio Estado não pode ser mais do que uma empresa, que deve ser gerida por gestores buscando a eficácia. Diante disso tudo, o esvaziamento da noção de cidadania como uma garantia de autonomia proporcionada socialmente por seus próprios membros – uma liberdade social e coletiva, portanto – não afeta somente as relações de trabalho e a forma do Estado, mas a liberdade de maneira geral é ressignificada. “O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (Dardot e Laval, 2016, p. 15).

Se a própria concepção de democracia se esvai, a liberdade por ela garantida, bem como as restrições ao seu abuso também se esvaziam. Se a liberdade é individual, nunca um valor social, nunca uma liberdade política, então uma consequência disso é que o indivíduo pode ser livre – ao menos nessa noção reduzida e distorcida de liberdade – independentemente do regime político. Seja na democracia, seja num regime autoritário, bastaria garantir a ordem concorrencial, tomada como um dado natural, para que os indivíduos fossem livres. A liberdade individual concerne, especialmente, à propriedade, o que pode ser garantido em qualquer regime político. Desse modo, a democracia é um regime político como qualquer outro, que pode promover ou não a liberdade que realmente interessa.

Como já disse Hayek, “é possível para um ditador governar de forma liberal. E também é possível para uma democracia governar

¹¹¹ Não por acaso o título do livro subsequente de Dardot e Laval: *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*.

sem liberalismo nenhum. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo”¹¹². É por isso que “o sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática” (Dardot e Laval, 2016, p. 9). Nesse sentido, o neoliberalismo produziu suas justificativas para o autoritarismo e, não por acaso, teve o Chile de Pinochet como um de seus primeiros laboratórios.

Mas a anomia social e a desestabilização da democracia devem não só ser aproveitadas, mas também produzidas, de modo que a crise, para o neoliberalismo, não é seu fim, é uma forma de governo¹¹³. Diante disso, dizem nossos autores:

O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando (2016, p. 10).

Essas duas possibilidades podem muito bem ser repostas nesse momento de pandemia. No Brasil é, certamente, uma questão candente, mas da qual não conseguiremos tratar nessas considerações. Mas se é certo que nada será como antes, isso pode significar uma sociedade mais autoritária, desigual e violenta, meramente agravando e aprofundando a lógica neoliberal que já se impunha antes da pandemia, ou uma sociedade capaz de reinventar seu horizonte de expectativas a partir de novas possibilidades que, agora, apontem para além de si mesma.

Zonas de espera: o impossível

No final do ensaio sobre as zonas de espera, Paulo Arantes nos apresenta uma centelha de otimismo que, para quem conhece o autor, sabe que lhe é pouco usual. As zonas de espera seriam, em grande parte, produto da estrutura de um “Estado Penal/Social”. Mas este tem uma razão para existir: se apresenta como uma “resposta ao crescimento da insegurança social” (Arantes, 2014, p. 190). Em outras palavras, trata-se de uma punição preventiva de uma “disciplina de espera que imobiliza os portadores daqueles riscos e perigos que se trata de expelir” (Idem, p. 192). Isso pode nos indicar que os riscos e perigos que a disciplina punitiva neoliberal procura conter não são plenamente controláveis,

¹¹² Citado em Dardot e Laval, p. 182.

¹¹³ É dessa forma de governo por meio das crises de que trata Naomi Klein ao dizer que o neoliberalismo se vale de uma *Doutrina do choque*.

isto é, indica que as zonas de espera se apresentam como “panelas de pressão” sociais. Um barril de pólvora cuja faísca nunca se sabe de onde vem. É pensando nisso que Arantes procura nos lembrar que essa imobilização de “populações liminares” representa algo que

[...] historicamente, toda experiência liminar é indutora de processos de subjetivação. Foi assim, para dar um exemplo maior, com os primeiros “portadores” de uma escolha de conduta de vida “cristã” entre escravos, libertos e fugitivos na Roma antiga. Sem falar, para apenas mencionar um segundo caso de primeiro grandeza, na gênese subterrânea, nas zonas de espera na nascente sociedade industrial, de uma outra conduta de difícil “governo”, a vida operária (Arantes, 2014, p. 198).

Ainda que Arantes faça questão de não se comprometer, advertindo que isso não quer dizer que “o renascimento do horizonte do mundo – se ocorrer – se dará antes de tudo pelas veias abertas em suas zonas de retenção” (idem), não é possível negar o grau de concentração de força não só reativa, mas também construtiva presente nas zonas de espera, especialmente durante a pandemia, em que as contradições sociais se intensificam¹¹⁴.

São várias as manifestações, debates e organizações que se formaram como uma resposta vinda das zonas de espera, mas muito provavelmente os movimentos mais significativos tenham sido os protestos contra o racismo e a greve dos entregadores de aplicativos – o movimento antifascista também entraria nesse rol, caso tivéssemos tido tempo e espaço aqui para esse debate, o qual, certamente, não está desconectados dessas considerações sobre o capitalismo, como já vimos.

O que não podemos deixar de notar é que ambos os grupos estão encerrados em zonas de espera cada vez mais violentadas pelo neoliberalismo durante a pandemia.¹¹⁵ É verdade que não é possível garantir que há um novo mundo sendo gestado nas nossas zonas de espera cada

¹¹⁴ Vale ressaltar que mesmo antes da pandemia, vários eventos já apontavam para a ebulição dessas zonas de espera produzidas no capitalismo atual. Um desses eventos emblemáticos foram os protestos no Chile. Além de juntarem milhões de pessoas por semanas, conseguiram, mesmo diante da violência brutal promovida por agentes do Estado, fazer recuar as forças do governo neoliberal – lembrando para não se confundir “governo” com “instituição estatal”, ainda que neste caso tenha coincidência bem evidente. Os protestos se iniciaram por conta do aumento de passagem do metrô, mas ganharam força diante da violência da repressão policial. Foi quando as zonas de espera explodiram e exigiram mudança imediata e irrestrita da ordem social. “O neoliberalismo nasce e morre no chile”, diziam cartazes e pichações à época. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/apos-4-meses-de-protestos-chile-nao-volta-a-normalidade.shtml>>. Último acesso: 10/07/2020.

¹¹⁵ Além do emblemático caso de George Floyd, assassinado por um policial branco enquanto estava desarmado e algemado, o assassinato por violência policial de populações periféricas cresceu, atingindo em sua maioria negros: disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Vulnerabilidade-da-populacao-negra>. Último acesso: 10/07/2020. Além disso, são a parcela da população mais vulnerável ao vírus: disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-em-relacao-aos-brancos,70003291431>>. Último acesso: 10/07/2020. Já os entregadores estão em rotinas cada vez mais estafantes, com menos renda e com mais risco à saúde. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465>>. Último acesso: 10/07/2020.

vez mais evidentes – talvez, aliás, tenhamos mais motivos para acreditar que não. Mas o fato de, a partir delas, nós conseguirmos imaginar um outro mundo possível é muito significativo, pois só podemos fazê-lo se suas condições materiais já estiverem dadas. O impossível passa à dimensão da possibilidade mediante a luta material de populações encravadas em zonas de espera e, nesse sentido, o possível possui um lastro material, não é mero devaneio. Quanto a isso, sempre vale a pena retomar uma abordagem da dialética negativa, que vai buscar no lugar negativo da experiência (no ainda não realizado) sua força concreta. Sobre isso, diria Adorno que:

Mesmo o pensamento que se opõe à realidade ao sustentar a possibilidade sempre derrotada, só o faz na medida em que comprehende a possibilidade sob o ponto de vista de sua realização, como possibilidade da realidade, algo em direção a qual a própria realidade, mesmo que fraca, estende seus tentáculos (Adorno, 2013, p. 171).

Há algo de uma dialética negativa também em Paulo Arantes, já que as zonas de espera possuem também seu potencial materialmente posto de subversão da realidade. Diante da redução do horizonte de expectativas, ele fala em um “horizonte negativo de outro regime de urgência”, no interior do qual talvez se possa ver “a fisionomia mesma da Revolução, o Acidente original, em suma” (Arantes, 2014, p. 97).

Ainda que não deixe de ser significativo que a parte destas considerações destinada às possibilidades de transformação (anticapitalista) da realidade seja a menor e menos aprofundada, isso não indica apenas quanto forte é o capitalismo na conformação da vida, e mesmo da imaginação, mas também que o novo é algo a ser construído, isto é, que o novo não está dado de antemão, como se pudéssemos antevê-lo no interior do sistema. Quanto a isso vale lembrar que mesmo Marx nunca apresentou muitas características da futura sociedade comunista, e em sua maioria eram características negativas: sem Estado, sem classes etc. E se, realmente, nada será mais como antes, que pelo menos pensemos desde já como pode ser, mesmo que para isso, precisemos recusar as escolhas já apresentadas e pensar o impossível.

Referências

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, T. W. **Minima Moralia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

ADORNO, T. W. **Três estudos sobre Hegel**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ARANTES, P. **O Novo Tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.
- KAFKA, F. **O processo**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O Capital** (Vol. 1). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MIÉVILLE, C. *Marxismo e fantasia*. **Margem esquerda**, n. 23, p. 107-117, 2014.

Recebido: em setembro de 2020

Aprovado: em outubro de 2020